CONTRATO

EMPREITADAS DE OBRA PÚBLICA PARA A REALIZAÇÃO DE TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE PAVIMENTOS

Entre:

EMEL – EMPRESA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E ESTACIONAMENTO DE LISBOA, E.M., S.A., com sede na Alameda das Linhas de Torres, n.º 198/200, 1750-150, Lisboa e com o capital social de €32.000.000,00, pessoa coletiva com o número único de matrícula e de identificação fiscal 503311332, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, representada neste ato por Carlos Manuel dos Santos Batista da Silva e por Ana Rita Gonçalves, na qualidade de, respetivamente, Presidente e Vogal do Conselho de Administração com poderes para o efeito, de acordo com os respetivos Estatutos e certidão do registo comercial, daqui em diante designada por EMEL ou Primeira Contratante;

E

FERNANDO L. GASPAR - SINALIZAÇÃO E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, S.A., com sede na Estrada Nacional 249-4, Trajouce – 2785-034, S. Domingos de Rana, com o capital social de €1.000.000,00, pessoa coletiva com o número único de matrícula e de identificação fiscal 502042044, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais, representada neste ato por Fernando António de Almeida Coimbra Gaspar, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, de acordo com a respetiva certidão do registo comercial, daqui em diante designada por FERNANDO L. GASPAR, S.A. ou Segunda Contratante;

Entre as Contratantes acima identificadas é celebrado, em nome das suas representadas, o presente contrato, que se rege pelas cláusulas seguintes, que aceitam e reciprocamente se obrigam a cumprir:

Cláusula 1.ª Enquadramento

1. A EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A., abreviadamente designada EMEL, é uma pessoa coletiva de direito privado sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, com natureza municipal, que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede em Lisboa, na Alameda das Linhas de Torres, n.º 198/200.
2. O presente contrato é celebrado na sequência do procedimento com a referência "**Concurso Público n.º 32/2024 – Empreitadas de obra pública para a realização de trabalhos de construção civil, conservação e reparação de pavimentos**".
3. A adjudicação foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25/10/2024 e comunicada via plataforma à Segunda Contratante, tendo a minuta do contrato sido aprovada nos termos do disposto no artigo 98.º e no artigo 101.º, ambos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 2.^a Objeto

1. O presente contrato tem por objeto **a execução de empreitadas de obra pública para a realização de trabalhos de construção civil, conservação e reparação de pavimentos, assim como, a sinalização e balizamento em projetos de mobilidade**, em Lisboa, – **Lote 3 – Trabalhos de sinalização (vertical e horizontal) e balizamento**, em conformidade com o Caderno de Encargos, a proposta da Segunda Contratante e respetivos anexos e esclarecimentos.
2. Fazem parte integrante do presente contrato os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
 - c) O Caderno de Encargos e respetivos anexos;
 - d) A proposta apresentada pela Segunda Contratante e respetivos anexos;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela Segunda Contratante;
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do presente contrato e os seus anexos, prevalecem os primeiros.
5. Para efeitos do disposto nos artigos 290.º-A e 305.º do Código dos Contratos Públicos e em cumprimento do previsto na alínea *i*), do n.º 1 do artigo 96.º do mesmo Código, o gestor do contrato designado pela EMEL é: XXXXXXXXXX

Cláusula 3.^a Preço Contratual

1. A título de remuneração, a EMEL paga à Segunda Contratante o montante máximo de **€200.000,00** (*duzentos mil euros*), previsto na Cláusula 64.^a do Caderno de Encargos, e de acordo com os valores unitários constantes da proposta da Segunda Contratante, que não inclui o valor do IVA em vigor e inclui todas as prestações a que a Segunda Contratante fica obrigada.
2. O valor contratual constante no número anterior constitui uma “bolsa” de trabalhos que serão consumidas mediante a emissão de requisições de trabalho por parte da EMEL, onde constam as quantidades, e são faturados de acordo com os valores unitários constantes da proposta da Segunda Contratante.
3. Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do presente contrato, deve a EMEL pagar Segunda Contratante a(s) quantia(s) calculada(s) através da medição dos trabalhos efetuados de acordo com cada requisição, acrescida de IVA à taxa legal em vigor, no caso daquele ser sujeito passivo desse imposto pela execução do contrato e não se verificar a inversão do sujeito passivo deste imposto.
4. Os pagamentos a efetuar pela EMEL serão efetivados após a conclusão dos trabalhos associados a cada requisição, se o prazo destes for inferior a 30 (*trinta*) dias, caso contrário, terão uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições a realizar de acordo com o disposto no Caderno de Encargos.
5. A execução de quaisquer trabalhos não solicitados previamente e por escrito nas requisições emitidas pela EMEL não a obriga a efetuar qualquer pagamento, seja por que motivo for.

6. Os pagamentos são efetuados no prazo de 60 (sessenta) dias, após a receção pelos serviços da EMEL da respetiva fatura, indicando expressamente "Concurso Público n.º 32/2024".
7. As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidas pela fiscalização e EMEL.
8. Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pela EMEL condicionada à Obra/efetiva realização daqueles.
9. O auto de medição deve possuir como anexos todos os elementos de suporte às medições efetuadas, seja por intermédio de peças desenhadas, tabelas, memória justificativa ou outros elementos que se revelem importantes, nomeadamente a identificação da respetiva obra/ordem de intervenção para trabalhos.
10. No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre a EMEL e a Segunda Contratante quanto ao seu conteúdo, deve a respetiva fatura ser anulada pela Segunda Contratante através de nota de crédito e elaborar nova fatura com os valores aceites pela EMEL e uma outra com os valores por esta não aprovados.
11. O disposto no número anterior não prejudica o prazo de pagamento estabelecido no n.º 5 no que respeita à primeira fatura emitida, que se aplica quer para os valores desde logo aceites pela EMEL, quer para os valores que vierem a ser aceites em momento posterior, mas que constavam da primeira fatura emitida.
12. O pagamento dos trabalhos complementares e dos trabalhos complementares de suprimento de erros e omissões é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do CCP.

Cláusula 4.ª
Prazo de execução da empreitada

1. O contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura e mantem-se em vigor até que se verifique, uma das seguintes condições:
 - a) O decurso do prazo máximo de 1095 (mil e noventa e cinco) dias, contados desde a data da consignação parcial referente à primeira requisição, ou;
 - b) Quando o valor dos trabalhos executados atingir o valor contratual, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, sem prejuízo dos termos e condições acordadas, o disposto na lei e das obrigações que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. Decorrendo em primeiro lugar o prazo de 1095 (mil e noventa e cinco) dias, contados desde a data da consignação parcial referente à primeira requisição, a Segunda Contratante não poderá exigir à EMEL o pagamento de qualquer montante, seja a que título for, pelo facto de o valor faturado pelos trabalhos executados ser inferior ao preço contratual, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
3. A Segunda Contratante obriga-se a:
 - a) Iniciar a execução dos trabalhos na data da consignação da(s) requisição(ões) de trabalho(s), ou ainda da data em que a EMEL lhe comunique a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior, sem prejuízo do plano de trabalhos aprovado;
 - b) Cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução previstos no plano de trabalhos em vigor;

- c) Concluir a execução da(s) obra(s) e solicitar a realização de vistoria(s) para efeitos da sua(s) receção(ões) provisória(s) no prazo máximo indicado na respetiva requisição de trabalhos.
4. No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor que sejam imputáveis à Segunda Contratante, esta é obrigada, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.
 5. Quando a Segunda Contratante, por sua iniciativa e com autorização prévia e expressa da EMEL, proceda à execução de trabalhos fora das horas regulamentares ou por turnos, sem que tal se encontre previsto no Caderno de Encargos ou resulte de caso de força maior, pode a EMEL exigir-lhe o pagamento dos acréscimos de custos das horas suplementares de serviço a prestar pelos representantes da EMEL e/ou fiscalização, nos termos da Cláusula 13.^a do Caderno de Encargos.

Cláusula 5.^a Caução

1. 1. Sem prejuízo do previsto no Caderno de Encargos, nos termos definidos no Código dos Contratos Públicos, a Segunda Contratante prestou uma caução a favor da EMEL no valor de 10% do preço contratual, destinada a garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais emergentes da celebração do presente contrato.
2. 2. A caução foi prestada mediante seguro caução conforme escolha da Segunda Contratante, de acordo com a utilização do modelo disponibilizado, sendo da responsabilidade desta todas as despesas derivadas da prestação.
3. A execução parcial ou total da caução implica a renovação do respetivo valor, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação pela EMEL.
4. Todas as despesas e encargos relativos à prestação da caução são da responsabilidade da Segunda Contratante.

Cláusula 6.^a Entrada em vigor

1. O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura e mantém-se em vigor até que se verifique, uma das condições previstas na Cláusula 4.^a (*Prazo de execução da empreitada*), sem prejuízo dos termos e condições acordadas, o disposto na lei e das obrigações que devam perdurar para além da sua cessação.
2. São encargos da Segunda Contratante todas as despesas inerentes à celebração do contrato.

Cláusula 7.^a Contagem de prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 8.ª
Casos omissos

Em tudo o omissos no contrato observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e demais legislação aplicável.

Cláusula 9.ª
Foro competente

Para dirimir quaisquer questões ou litígios emergentes da interpretação ou violação do contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

O presente contrato vai ser assinado através de assinatura eletrónica qualificada pelos representantes legais com poderes para o ato e entra em vigor a partir da data da última assinatura digital.

Pela EMEL, E.M., S.A.

Carlos
Silva

Assinado de forma digital por Carlos Silva
Dados: 2024.11.29 12:10:45 Z

Pela FERNANDO L. GASPAR, S.A.

FERNANDO
ANTONIO DE
ALMEIDA
COIMBRA GASPAR

Assinado de forma digital por FERNANDO ANTONIO DE ALMEIDA COIMBRA GASPAR
Dados: 2024.11.21 13:03:52 Z

Assinado por: ANA RITA CORREIA GONÇALVES
Num. de [REDACTED]
Data: 2024.11.29 13:06:43+00'00'